

# A Romênia e as minorias balcânicas na União Européia\*

Mario G. Losano\*\*

RESUMO. O ingresso da Romênia e da Bulgária na União Européia, em 2007, impõe o reexame de alguns problemas. O presente artigo divide-se em duas partes. Na *primeira*, definem-se os conceitos e apresentam-se dados da história da Romênia. Na *segunda parte*, examina-se a conexão entre minorias e tendências migratórias da Romênia hodierna. O artigo cuida também das migrações dos romenos para os Estados da União Européia e, em especial, dos problemas jurídicos surgidos na Itália.

Palavras-chave: Romênia. União Européia. Imigração.

## 1 - Minorias, imigrações, multiculturalismo: soluções entre generosidade e realismo

### 1.1 - O alargamento da União Européia a uma latitudinalidade periférica

A Universidade Internacional Menéndez Pelayo, em 2004, decidiu dedicar um curso aos conflitos sociais suscitados pela imigração<sup>1</sup>. De fato, na Espanha, perante a opinião pública,

---

\* Tradução Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcela Varejão.

\*\* Mario Losano é Professor Catedrático de Filosofia do Direito e Informática Jurídica na Università del Piemonte Orientale "Amedeo Avogadro", Alessandria, Itália; vencedor do Prêmio à carreira acadêmica Alexander-von-Humboldt, Bonn, Alemanha; Doutor *honoris causa* da Universidade de Hannover, Alemanha. Comendador da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, por méritos culturais. Sócio correspondente da Academia Pernambucana de Letras, da Academia Pernambucana de Letras Jurídicas e da Academia Sergipana de Letras; Sócio-correspondente do Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura (Aracaju); Faz parte do Conseil Exécutif da Sociéte Européenne de Culture (Veneza), e do Conselho Científico do Institut für Rechtsinformatik da Faculdade de Direito da Universidade de Hannover (Alemanha). Seu currículo completo e suas publicações, inclusive no Brasil, estão em [www.mariolosano.it](http://www.mariolosano.it)

<sup>1</sup> Valencia, 18-22 de outubro de 2004: Universidad Internacional Menéndez Pelayo, Directores de Curso Mario G. Losano - Emiliano Borja Jiménez: *Diversidad cultural: conflicto y derecho en el estado del siglo XXI*. O texto aqui publicado retoma a aula de

concorriam em 2004 três elementos para tornar preocupante a presença dos extracomunitários na União Européia: a) o enorme aumento da imigração clandestina a partir dos anos Setenta; b) o Tratado de Schengen sobre a livre circulação das pessoas na área comunitária; c) a ampliação em 2004 da União Européia a sete países da Europa centro-oriental, como primeiro passo para uma sucessiva extensão em 2007 à Bulgária e à Romênia. Ora que este último acesso à União Européia foi realizado, pode ser útil atualizar o exame que eu então dedicara à Romênia e, em especial, à sua minoria de ciganos ou *rom*.

As recentes fricções entre as populações locais da Itália setentrional e os imigrados nômades – prevalentemente de origem romena – tornam ainda mais atual esta análise. Também por causa da afinidade lingüística (o romeno é, de fato, uma língua neolatina), Espanha e Itália continuam a ser as metas preferidas da emigração romena, que em geral se inseriu a contento. A Espanha, em particular, sempre precisou ocupar-se de uma forte minoria cigana, já instalada no seu próprio território. Desta situação deriva talvez o maior interesse com o qual a Espanha seguiu a abertura da União Européia ao Leste europeu, onde os ciganos constituem uma minoria relevante. Em vez disso, a Itália sempre foi mais desatenta à area romena, que a imprensa apresentava seguindo alguns estereótipos: na economia, a propensão a apresentar a Transilvânia como um operoso apêndice descentralizado no Nordeste empreendedor e, na crônica, uma certa tendência a sublinhar a criminalidade romena, sobretudo aquela cigana.

Hoje é preciso acertar as contas com alguns fatos novos. A Itália aboliu a obrigação do visto de ingresso para os cidadãos romenos, que chegaram em grande número e restaram, depois, em condições de ilegalidade: a partir de 1.º de

---

abertura de 18 de outubro: *La integración de minorías en Europa. Un ejemplo en los países balcánicos: la Rumanía*. A aula foi publicada em espanhol tanto em CD-ROM do curso, quanto no site <www.uimp.es>. A versão italiana foi publicada em: Mario G. Losano, *La Romênia e le minoranze balcaniche nell'Unione Européia*, "Sociologia del diritto", XXXIV, 2007, n. 2, pp. 5-39.

janeiro de 2007 estes imigrantes ilegais tornaram-se legais, colocando alguns problemas jurídicos expostos no item 12. Enfim, quase não se fala do problema da República da Moldávia e dos seus cidadãos, dos quais tratará o item 5: há meses, centenas de moldavos estão fazendo filas diante da embaixada romena em Chişinău para obter a cidadania romena e tornarem-se, assim, automaticamente, cidadãos da União Européia.

Os contrastes entre minorias sempre foram um grande foco de tensão nos Bálcãs: basta pensar no que ocorreu na ex-Iugoslávia na última década do século XX. Os problemas dos Bálcãs e de seus Estados nacionais são, porém, tão intrincados que é aconselhável escolher um caso específico – como o da Romênia – para examinar com um mínimo de profundidade, de forma a dele extrair uma advertência mais geral a respeito deste Estado e às suas minorias.

Dessas minorias, na minha opinião, podem advir algumas dificuldades suplementares no processo europeu de integração. O cidadão médio europeu hoje não se dá plenamente conta desse processo, sobretudo por duas razões. Em primeiro lugar, meio século de guerra fria o isolaram da realidade interna dos Estados situados "para além da cortina de ferro", vez que deles se falava apenas em termos internacionais no âmbito dos dois blocos, enquanto os problemas internos transpareciam apenas em casos de dramáticas insurreições. A Romênia socialista, em particular, seguia uma política exterior em alguns aspectos diversa da política soviética, e esta limitada independência externa fazia fechar os olhos da mídia ocidental ao grotesco comunismo interno. Em segundo lugar, nas democracias populares os contrastes com as minorias restavam velados sob o manto de um presumido internacionalismo proletário.

E ainda assim, tensões, dificuldades e problemas já existiam desde o Império Austro-Húngaro (o exemplo mais ilustre de Estado multinacional europeu, do qual fazia parte uma importante área da atual Romênia, a Transilvânia, sobre a qual voltaremos no item 8), continuaram nos efêmeros Estados

centro-europeus e balcânicos que tomaram forma no *entre-deux-guerres* e, enfim, não desapareceram decerto nas Repúblicas Populares surgidas no Leste europeu após a Segunda Guerra Mundial. Não é, assim, surpreendente que também a União Européia os tenha encontrado diante de si após a queda do bloco soviético. Porém, a euforia do pós-comunismo os havia subestimado, de forma que na ex-Iugoslávia – infelizmente – a União Soviética reagiu de modo tardio e discutível na tentativa de resolvê-los.

A atualidade dos problemas balcânicos me dirige, pois, aos temas enfrentados no decorrer de mais de quarenta anos: um dos meus primeiros artigos, de 1961, era de fato dedicado ao meu primeiro encontro com a Romênia<sup>2</sup>; ademais, escrevi uma das minhas monografias de graduação sobre o revolucionário de 1848, Nicolae Bălcescu<sup>3</sup>; em seguida, não obstante as dificuldades típicas da época de Ceaușescu, procurei manter acesos os intercâmbios de informações culturais<sup>4</sup>. Hoje, enfim, a entrada da Romênia na União Européia impõe retornar com mais intensidade e atenção à cultura e às dificuldades dessa ilha neolatina imersa no mundo eslavo e perigosamente confinante com o explosivo mundo caucasiano e islâmico.

Esta linha de estudos se entrelaça com uma outra, para mim mais recente, dedicada à imigração e ao multiculturalismo. Diante destes problemas, desde 1991 procurei reprimir os sentimentos de generosidade para deixar espaço a um realismo pessimista, que depois se revelou infelizmente fundado<sup>5</sup>, ainda

---

<sup>2</sup> Mario G. Losano, *Viaggio in Romania*, “Il Ponte”, XVII, 1961, n. 6, pp. 898-903.

<sup>3</sup> Mario G. Losano, *Un rivoluzionario romeno nel 1848: Nicola Bălcescu*, “Rivista storica italiana”, LXXVIII, 1966, n. 3, pp. 677-715.

<sup>4</sup> Mario G. Losano, *Iuscibernetica, geneza și structura unei discipline*, “Studii și cercetări juridice”, XVII, 1972, n. 3, pp. 447-489; *Origini e sviluppi della sociologia giuridica in Romania*, “Sociologia del diritto”, V, 1978, n. 2, pp. 450-58; *Documentarea juridică și discurile compacte. Realizări italiene*, “Studii și cercetări juridice” (Bucarest), XXXIII, outubro-dicembre 1988, n. 4, pp. 371-73; *Legea italiană în privința vieții private*, All Beck, București 2004 (Traduzione di *La legge italiana sulla privacy. Un bilancio dei primi cinque anni*. A cura di Mario G. Losano, Laterza, Roma - Bari 2001, XX-434 pp.).

<sup>5</sup> Losano, *Contro la societă multietnica*, “MicroMega”, 1991, n. 5, pp. 7-16 (o artigo é pessimista, porém este título violento é uma invenção da redação).

que num primeiro momento os ataques tenham sido dirigidos mais contra o autor daquelas idéias do que contra as idéias daquele autor.

Generosidade e realismo não são incompatíveis, mas possuem tempos diversos. Os frutos da generosidade para com os países de origem da imigração serão vistos dentro de algumas décadas; mas, entretantes, é preciso resolver *logo* o controle dos ingressos clandestinos, o problema da ilegalidade e da microcriminalidade necessariamente ligada à clandestinidade, as reações das populações locais (reações muitas vezes irracionais, mas existentes: seria perigoso fechar os olhos diante delas, como tem demonstrado a crescente xenofobia na Alemanha). Ainda hoje estou convencido de que o controle dos migrantes clandestinos seja pouco generoso e desagradável, mas indispensável.

Cinco anos depois do meu posicionamento sobre estes assuntos, encontrei ocasião de reafirmar aquela minha posição realista: vez que os tempos tornaram-se mais duros e os problemas mais dramáticos, a acolhida do meu segundo escrito foi melhor, tanto que daquele ensaio existe também uma tradução espanhola<sup>6</sup>. Enfim, uma feliz contraposição entre os dois posicionamentos se encontra no volume sobre os problemas migratórios de Ángeles Solanes Corella<sup>7</sup> (inspirado em generoso otimismo) e no meu prefácio (inspirado em realismo pessimista): como prova de que os dois posicionamentos são inconciliáveis.

## ***1.2 – A União Européia e as imigrações: delimitações do objeto***

Neste ensaio, na segunda parte dedicada à Romênia, por razões de brevidade deverei dar como presumidas algumas

---

<sup>6</sup> Losano, *Per una politica dell'immigrazione in Italia*, "Teoria politica", XII, 1996, n. 2, pp. 125-141; *Para un política inmigratoria en Italia*, em: L. Prieto Sanchís (coord.), *Problema jurídicos y políticos de la minorías en Europa*, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, Cuenca 1996, pp. 175-192.

<sup>7</sup> Losano, *Prólogo*, em: Ángeles Solanes Corella, *El espejo italiano. Un estudio de la normativa sobre la inmigración en Italia*, Universidad Carlos III – Dickinson, Madrid 2001, pp. 15-25.

idéias gerais às quais este item faz remissão, bem como os dois seguintes, sem deter-me na documentação das razões das soluções pré-escolhidas. Necessitarei, assim, proceder por distinções e dicotomias, nas quais, vez por vez, indicarei qual das alternativas será seguida nas páginas seguintes.

A primeira dicotomia é aquela, já recordada, entre generosidade e realismo para com a imigração. Opto pelo realismo, que significa indicação de quotas anuais de imigrados, eventuais "green cards" para trabalhadores especializados, precisas normas sobre o ingresso e sobre a expulsão, e suas rigorosas aplicações. Porém, uma fronteira forte não equivale por si mesma a uma violação dos direitos humanos: cabe ao legislador tanto formular normas, quanto aplicá-las de conformidade com os tratados subscritos. Para evitar um mal-entendido que sempre se coloca neste ponto, sublinho que minha propensão

para a regulamentação rigorosa *não* diz respeito ao direito de asilo, que deve ser concedido com contornos humanitários, acompanhado por uma precisa análise de cada caso.

A segunda dicotomia é aquela entre imigração extracomunitária e imigração interna na União Européia. As páginas que seguem tratam da imigração *interna* na União Européia, ou seja, daqueles livres deslocamentos que encontram seu fundamento jurídico no Tratado de Schengen. A imigração extra-comunitária - fruto também da nova geopolítica estadunidense que deslocou gradualmente os focos de conflito da Ásia Oriental (Coréia) ao Sudeste asiático (Vietnã) ao Oriente Médio (Iraque) - tem origem numa série de problemas que vão do insuficiente desenvolvimento econômico e do excessivo desenvolvimento demográfico dos Estados de origem à revolução dos transportes e ao apoio logístico da criminalidade organizada, muitas vezes com a conivência de alguns governos. A imigração extracomunitária exige soluções completamente diversas daquelas adotadas nas migrações internas à União Européia.

Por causa de sua complexidade, pois, a imigração extracomunitária não é aqui examinada, mesmo considerando que ainda em 2004 o tema tenha sido enfrentado nos debates da Universidad Internacional Menéndez Pelayo, mas à época a Romênia era apenas um Estado associado à União Européia, cujos cidadãos podiam entrar sem vistos em alguns Estados da própria União. A partir de 2007, com a entrada da Romênia na União Européia, os deslocamentos dos romenos e das compósitas minorias romenas tornaram-se uma forma de imigração interna na comunidade européia.

A terceira dicotomia diz respeito à participação ou à neutralidade do estudiosos diante do problema descrito. É um dilema não apenas metodológico, mas também humano (eu o vivenciei pessoalmente estudando o movimento dos sem-terra no Brasil<sup>8</sup>), e é inevitável quando nos damos conta dos sofrimentos ou dos tormentos aos quais se submetem certas minorias. Escolho a neutralidade – obviamente tendo à neutralidade, esperando consegui-la ao menos em parte – segundo o critério ilustrado por Zoltan Barany. Este docente, da Universidade do Texas, intitula *Caveat emptor* a introdução ao seu volume sobre os ciganos do Leste europeu: "Dadas as condições realmente piedosas nas quais vive a maioria dos ciganos, quem os estuda pode facilmente perder sua objetividade e tornar-se *de facto* um ativista cigano", no sentido de "exceder ao enfatizar as ofensas certamente sofridas pelos ciganos", ignorando porém contemporaneamente "as responsabilidades dos ciganos pela sua avaliação social e minimizando os esforços do Estado e das organizações encarregadas de assisti-los"<sup>9</sup>. De fato, se quiserem sair da

---

<sup>8</sup> É exatamente aos problemas da "objetividade" com relação às minorias balcânicas que faço referência nas primeiras páginas do volume: Losano, *Función social de la propiedad y latifundios ocupados. Los Sin Tierra de Brasil*, Dykinson, Madrid 2006, 224 pp.; versão italiana: *Il Movimento Sem Terra del Brasile. Funzione sociale della proprietà e latifondi occupati*, Diabasis, Reggio Emilia 2007, 280 pp.

<sup>9</sup> Zoltan Barany, *The East European Gypsies. Regime Change, Marginality, and Ethnopolitics*, Cambridge University Press, Cambridge 2002, p. 18. Um exemplo de relatório fundamentado apenas no testemunho por parte dos rom é citado por extenso e analisado nas pp. 197 ss.

situação de inferioridade na qual se encontram, também os ciganos devem "realizar um grande esforço para reduzir sua marginalidade: esforço que por vezes pode exigir a revisão de antigas tradições rom"<sup>10</sup>. Somente assim chegarão a uma "integração social, econômica, política": integração, note-se, e não assimilação.

Assim como Zoltan Barany, também eu escolho ser (ou melhor, procuro ser) um cientista social, e não um ativista *rom* ou um "Romanologist", um "ciganólogo". Ao mesmo tempo, porém, sublinho com força que tal escolha não implica necessariamente também a escolha assimilacionista. Assimilação e autonomia são medidas práticas, enquanto a neutralidade ou a participação respeito ao fato observado são posicionamentos metodológicos. *De fato*, o cientista social tende a propor uma maior integração, enquanto o ativista propende para uma autonomia da minoria. Porém, a integração (ou a assimilação) e a autonomia não são um "pegar ou largar" (um *aut-aut*, pois), mas constituem dois extremos entre as infinitas nuances, nas quais é preciso saber encontrar a proposta mais adequada para resolver a exclusão de uma minoria numa determinada situação concreta. E "resolver" significa aqui não certamente "eliminar completamente", mas ao menos "tornar mínima e tolerável" a situação de exclusão.

Na análise da situação romena, será preciso ter em mente, além destes três princípios, também a definição de minoria que está subentendida à própria análise: a esta definição será dedicado o próximo item.

### **1.3 – Breve menção ao conceito de minoria**

O conceito de minoria é relativo, porque depende da situação histórica. Com a formação do Estado moderno, o princípio *cujus regio, ejus religio* rege as relações entre soberanos e súditos: os súditos que não têm a mesma religião do soberano constituem uma minoria que, sendo constituída por infiéis, é em geral discriminada ou perseguida. A proteção acordada por

---

<sup>10</sup> Barany, *The East European Gypsies*, cit., p. 19.



soberanos e pontífices aos hebreus, para lhes evitar o massacre, teve como contrapartida sua menor capacidade jurídica. Após a Reforma, colocou-se o problema das tensões entre católicos e protestantes: tensões vivas até os nossos dias, como demonstra a Irlanda do Norte.

Com a Revolução francesa e o Estado leigo, a relevância desses conflitos entre minorias religiosas diminui, ainda que as tensões não desapareçam completamente. O Estado leigo se organiza em Estado nacional, no qual o critério de unificação é a língua: critério que coloca em crise os grandes impérios multinacionais europeus. Em pouco mais de meio século, desaparecerão o Império Otomano, o Império Tsarista e o Império Austro-Húngaro: de fato, por volta da data simbólica de 1848 tem início uma reestruturação da área europeia em Estados nacionais, que terminará com o final da guerra 1914-18. Ao final dela, a paz de Versailles redesenhou os confins da Europa, mas o fez criando as premissas para as tensões sucessivas que levaram à Segunda Guerra Mundial<sup>11</sup>.

Tal guerra, como ponto culminante de um política de predomínio racial, resultou fatal para muitas comunidades minoritárias: em primeiro lugar, para aquela hebraica, mas também para a comunidade dos ciganos. Depois da guerra, procurou-se evitar o problema da presença das minorias em cada um dos Estados nacionais, com as transferências em massa – ou seja, com verdadeiras e próprias limpezas étnicas – que levaram a resultados aproximativos e, sobretudo, geraram ressentimentos ainda hoje vivos<sup>12</sup>. No plano internacional, pense-se na relação entre Israel e Palestina, ou entre Índia e

---

<sup>11</sup> Entre os grandes conflitos étnico-religiosos não pode passar em silêncio o extermínio dos armênios no Império otomano, cuja sombra se projeta ainda hoje sobre a entrada da Turquia na União Européia.

<sup>12</sup> Para limitar-me aos eventos de 2004, recorro a polêmica intra-europeia sobre as reivindicações germano-polonesas causadas pelas expropriações dos bens alemães situados nos territórios cedidos à Polônia após o final da Segunda Guerra Mundial. As expropriações haviam sido acompanhadas pela expulsão dos alemães que habitavam aquelas terras e que ora requerem a respectiva restituição, ou uma indenização. No mesmo ano, o Ministério das Relações Exteriores alemão precisou enfrentar também o requerimento de indenização dos Herrero, a tribo africana que fora praticamente eliminada na campanha colonial alemã na Namíbia em 1904.

Paquistão: a criação de novos Estados e novas fronteiras criou novos problemas, porque aquelas fronteiras eram "racionais" de um certo ponto de vista, mas não eram "nacionais" por outro.

Cada fronteira é potencial fonte de novos conflitos. Esta era a reprovação que os nacionalistas alemães (que ainda não eram nacional-socialistas) moviam ao Tratado de Versailles, o qual havia criado tantos novos Estados na Europa central, aumentando as linhas de fronteira em zonas de tensão como a Alsácia-Lorena, os Sudetos ou Gdansk. Esta é a reprovação que se pode mover também com relação à conformação geopolítica nascida após o final dos regimes comunistas europeus, assim como ocorreu, por exemplo, na área da ex-Iugoslávia ou do Cáucaso. Ocupando-nos dos Bálcãs e, em especial, da Romênia, teremos modo de constatar a periculosidade destes novos confins.

Em conclusão, os esforços para eliminar ou integrar as minorias velhas, ou para evitar criar minorias novas, não têm levado ao resultado desejado. As minorias ainda existem.

Para definir uma minoria, ater-me-ei a quatro elementos, que não necessariamente devem estar todos presentes a fim que um grupo social seja considerado uma minoria.

a) *O elemento comunitário*: o grupo deve apresentar características que unam seus membros e os distingam da comunidade nacional, individuando-o como comunidade racial, religiosa, ou lingüística. Podem existir minorias históricas, quando existe discriminação sem um dos elementos acima expostos, mas é um caso raro.

b) *O elemento quantitativo*: a minoria deve ter uma dimensão não muito pequena (ou seja, deve incidir no contexto nacional, e não deve apenas ser um grupo folclórico); mas não deve, por outro lado, ser excessivamente grande, para poder ser "minorias" objeto de opressão por parte da maioria. Todavia, uma minoria pode ser majoritária em uma certa parte do país: é o caso dos magiares da Transilvânia. Ou ainda, uma minoria pode ter uma consistência numérica e cultural próxima da maioria: é o caso dos moldavo-romenos na Transnístria (ver *infra*, item 5, b)

c) *A consciência de ser minoria*: é um elemento psicológico, em geral recíproco. O grupo minoritário se "sente" tal respeito à maioria e também a maioria trata a minoria como tal. Deve, em suma, existir um certo grau de estranheza entre os dois ou mais grupos que vivem dentro do mesmo Estado nacional.

d) *A opressão*: a minoria deve ser ou sentir-se oprimida, em geral do ponto de vista econômico ou social. Os dois últimos elementos terminam sempre por entrelaçar-se. De fato, a opressão pode ser mínima, mas dela se cria um mito no qual se fundamenta a consciência da minoria: é o caso dos Países Bascos e do Tirol do Sul. A opressão se manifesta com a segregação social e a discriminação jurídica. Esta última pode ser indireta: por exemplo, na Irlanda do Norte, as normas eleitorais censitárias excluem as rendas baixas (ou seja, de fato, especialmente os católicos), exigem a residência *in loco* há mais de sete anos etc. Pode ocorrer o contrário, isto é, que a minoria goze de uma posição de privilégio considerada injustificada pela maioria, por exemplo a fortuna dos hebreus na Europa e dos chineses na Indonésia ou, para restar no âmbito da presente análise, a posição dos russos étnicos nos Estados balcânicos ou na Transnístria.

Fundamentar um complexo de normas jurídicas sobre estas definições é difícil, por causa da labilidade dos conceitos acima respeito àqueles jurídicos. Um bom exemplo foi proposto em 1950 pela Comissão das Nações Unidas para a proteção das minorias:

- é minoria apenas aquele grupo de população que pretende conservar os próprios caracteres religiosos, lingüísticos ou étnicos, ou ainda que o caracteriza respeito à população majoritária;

- a minoria deve ter uma consistência numérica tal capaz de justificar as características acima enunciadas;

- a minoria deve ser leal para com o Estado nacional no qual está incluída.

Esta última condição é muito diplomática, mas pouco verificável. Por exemplo, a maioria da minoria basca é favorável ao Estado nacional espanhol: mas como verificá-lo? Ou ainda,

uma minoria da minoria não é leal para com o Estado nacional: isso torna desleal a inteira minoria? O atual debate sobre o massacre dos armênios durante a Primeira Guerra se fundamenta exatamente no problema da lealdade da minoria armenia para com o Estado otomano. Se se aceita a tese turca, a chacina foi um cruel episódio de guerra, que se tornou necessário para o posicionamento antiturco dos armênios, o qual colocava em perigo o Império otomano, abrindo uma falha na *front* turco-soviético. Se se admite a tese armenia, aceita pela maioria das democracias ocidentais, o extermínio de civis, o confisco dos bens, a deportação em massa não podem ser considerados simplesmente atos de guerra. Uma minoria pode apresentar fortes tendências secessionistas, como no caso da Transilvânia, que talvez possam ser resolvidas com soluções de ampla autonomia regional e de um pacto federativo. Porém, a exigência da lealdade torna-se até mesmo improponível no caso das minorias secessionistas como a dos curdos, dos xiitas iraquianos e assim por diante. Para identificar uma minoria, parece-me ser assim oportuno omitir o critério da lealdade para com o Estado nacional que inclui a própria minoria.

Em geral, os textos legislativos ainda são mais vagos do que estas definições da ONU. Eles se limitam a falar de "minorias étnicas, religiosas, lingüísticas" ou de "minorias nacionais", sem defini-las ulteriormente.

Os remédios contra as discriminações e as perseguições das minorias consistem em medidas que se podem apresentar separada ou conjuntamente.

A *proteção jurídica* é o primeiro passo na direção da não-discriminação econômica: o Estado nacional emana normas que não levam a minoria a uma rota de colisão com o Estado que a inclui. Algumas dessas normas datam do século XIX, como por exemplo o tratado de Paris de 1856 para tutela da maioria cristã na Turquia (o que de qualquer forma não impediu o massacre dos armênios). A Sociedade das Nações - que precisava levar em conta a situação de fragmentação nacional após 1918 - propunha um sistema de tratados bilaterais, de declarações

unilaterais, de específicas cláusulas nos tratados de paz e semelhantes, que porém não deram nenhum resultado.

Após as atrocidades nazistas contra os hebreus e outras minorias, ao final da Segunda Guerra Mundial os direitos das minorias foram incluídos entre os direitos fundamentais do homem. Deste modo, o indivíduo está protegido pelo direito internacional. Assim, não é preciso mais uma específica normativa estatal, podendo-se apelar diretamente às instituições internacionais. De fato, pode-se oprimir uma minoria apenas violando os direitos fundamentais do homem.

Veja que, de fato, esta proteção internacional nem sempre foi concretizada, a ela se uniu também uma proteção coletiva fundamentada no direito nacional.

Depois da Segunda Guerra Mundial, em 1947, instalou-se na ONU uma "Subcomissão para a luta contra as medidas discriminatórias e a proteção das minorias". Tal comissão ocupou-se, por exemplo, dos problemas do bilingüismo (na Áustria, com os croatas e os eslovênios da Estíria, Caríntia e Burgenland, na Itália em 1946, do Tirol do Sul, o Alto Ádige), do acordo de 1950 entre Índia e Paquistão para a proteção das minorias muçulmanas na Índia, ou ainda do acordo de Zurique de 1959 sobre a minoria grega de Chipre<sup>13</sup>.

A história das formas de proteção jurídica nacional e internacional, as lacunas legislativas e as disfunções de fato não podem ser aqui examinadas. Precisamos, ao invés, abandonar este panorama histórico e concentramo-nos na situação europeia seguinte ao 1.º de maio de 2004, data que assinalou o início da União Europeia com vinte e cinco Estados e da contagem regressiva em vista de sua posterior extensão em 2007. Nossa atenção se concentra em um dos estados então candidatos e hoje membros da União: a Romênia.

---

<sup>13</sup> Roger Caratini, *Las force des faibles: encyclopédie mondiale des minorités*, Larousse, Paris 1987, 399 pp.

#### 1.4 – Breves noções sobre a Romênia

Repercorrer a história mais recente do Estado romeno ajuda a compreender melhor a gênese e a situação atual da sua minoria.

A Romênia atingiu sua máxima extensão depois da Primeira Guerra Mundial. Ao final da Segunda Guerra Mundial perdeu a Bucovina e a Bessarábia, incorporadas à URSS, uma parte da Transilvânia, cedida à Hungria, e uma parte da Dobrúgia, cedida à Bulgária. Sua atual dimensão é de cerca 237.000 km<sup>2</sup>. No censo de 1992, sua população era de pouco menos de 23 milhões de habitantes (estimativas até julho de 2004). A partir de 1993, tornou-se um Estado associado da União Européia. A partir de 1994 passou a integrar a OTAN. Desde 1.º janeiro 2007 faz parte da União Européia.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a população romena estava constituída por romenos (89%) e por minorias húngara (7,1%), cigana (1,8%) e alemã (0,5%), o que explica também a distribuição estatística da pertinência religiosa: ortodoxos (87%), católicos (0,5%), protestantes (0,4), com minorias hebraica e muçulmana.

O censo de 7 de janeiro de 1992 registrava 22.810.035 habitantes, dos quais 20.408.542 romenos. Os dados oficiais sobre as minorias eram os seguintes:

Magiares	1.624.959
Rom	401.087
Alemães	119.462
Ucranianos	65.764
Russos Lipovenos	38.606
Turcos	29.832
Sérvios, Croatas e Eslovênios	33.493
Tátaros	24.596
Eslovacos	19.594
Búlgaros	9.851
Hebreus	8.955

Tchecos	5.797
Poloneses	4.232
Gregos	3.940
Armênios	1.957
Outros	8.602
Não declarados	766

Os dados oficiais sobre os *rom* (ciganos romenos) – que constituem o segundo grupo minoritário – são certamente subestimados. Os dados sociológicos mais confiáveis registravam 1.010.000 *Rom* em 1993 e 1,5 milhões em 1999, ou seja, mais de 5% da população romena<sup>14</sup>. Em especial, os dados oferecidos pelos entes para a tutela dos direitos humanos e aqueles oferecidos pelos entes governativos devem ser considerados com cautela, por opostas razões.

A presença destas numerosas minorias – sobre as quais volta-se ao analisar o problema das escolas romenas, ver *infra*, item 10, *b* – é uma conseqüência de complicadas questões políticas e da ausência de claros confins geográficos, que ainda hoje tornam a inteira zona fortemente permeável aos deslocamentos sem controle de pessoas.

Por isso, a Romênia inteira coloca-se o problema da escassa vigilância dos confins, que a transformam num ponto de coleta ou de trânsito para os imigrantes que desejem entrar clandestinamente na União Européia.

De fato, além da fronteira marítima do Mar Negro, a Romênia confina com dois Estados que são membros da União Européia (a Hungria e, a partir de 2007, também a Bulgária) e com três Estados de estruturas estatais pouco sólidas (a Ucrânia, a Moldávia e a Sérvia)<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Elena Zamfir - Cătălin Zamfir, *Țigani: între ignorare și îngrijorare*, Editura Alternative, București 1993, p. 206. A estimativa de 1999 foi formulada pelas autoras numa entrevista com Zoltan Barany em 1999.

<sup>15</sup> Sobre o problema da permeabilidade dos confins romenos e moldavos, ver Forschungsgesellschaft Flucht und Migration, *Rumänien. Vor den Toren der Festung Europa*, Verlag der Buchladen Schwarze Risse - Rote Straße, Berlin - Göttingen 1996, 175 pp. A organização que organizou o volume é ligada à Igreja evangélica. O texto é

Além do mais, em dois territórios próximos - a Moldávia e a Transnístria - encontramos-nos em presença de contestações territoriais, ainda que não oficialmente declaradas. É oportuno deter-se ora nessa parte pouco conhecida dos problemas que correm o risco de repercutir na União Européia após sua abertura para 27 Estados.

### ***1.5 - Uma fronteira sem vigilância na Europa: Romênia, Moldávia, Transnístria***

Ao problema das minorias internas à hodierna Romênia deve ser acrescentada a instável situação da sua fronteira oriental, ao longo daquele que foi a fronteira com a URSS e que hoje é a fronteira com a Ucrânia. Este território teve uma história particularmente atormentada porque, mesmo estando numa área de cultura romena (ou seja, neolatina), foi frequentemente disputado pelos vizinhos eslavos. Essas tensões levaram à formação de dois Estados-colchão, hoje particularmente problemáticos: a Moldávia e a Transnístria.

Uma das características dos anos que se seguiram à queda do muro de Berlim foi efetivamente a formação de pequenos Estados, o que faz retornar à mente o análogo fenômeno que se verificou ao final da Primeira Guerra Mundial. Quanto mais aumentam as fronteiras, tanto mais aumentam os riscos de conflito, dizia-se, então, e hoje também alguns observam que *Small is Dangerous*<sup>16</sup>.

A área entre a Romênia e a Ucrânia não apresenta fronteiras naturais e a sua história é uma sucessão de contínuos deslocamentos de confins. Em particular, hoje, a fronteira entre a Romênia e a Moldávia é uma fronteira débil e permeável. Sua periculosidade foi aumentada também pelo fato que - no Dnjestr (em romeno: Nistru) - criou-se uma situação de

---

muito crítico com relação à Alemanha e, na minha opinião, excessivamente conciliante com relação a outros atores: por exemplo, parece-me excessivamente benévolo, naquelas terras, usar a expressão "a chamada criminalidade organizada" (itálico meu).

<sup>16</sup> Sheila Harden (ed.), *Small is Dangerous. Micro States in a Macro World*, Frances Pinter, London 1985, IX-212 pp. (também St. Martin's Press, New York 1985).



instabilidade com a formação do "Estado" da Transnístria<sup>17</sup>. Deve ser assinalado que, do ponto de vista internacional, a Transnístria *não* foi formalmente reconhecida por nenhum Estado, com exceção da Rússia e, portanto, *formalmente*, é considerada um distrito da República da Moldávia. Por isso quando se fala de Transnístria como um "Estado", o termo deve ser entendido em sentido não apenas substancial.

Estes dois Estados, através do Mar Negro e da Ucrânia, constituem o ponto de passagem quase que incontrolado das repúblicas caucásicas na direção de uma área que ora faz parte da União Européia: em outras palavras, estas débeis fronteiras facilitam a infiltração de imigrados clandestinos e, em particular, de terroristas islâmicos.

a) A "*República da Moldávia*"

Com a Segunda Guerra Mundial, uma situação peculiar foi criada num tradicional território histórico da Romênia, no confim entre a Romênia e a Ucrânia: aquela Moldávia que originariamente dava nome aos Principados Moldo-Valáquios, berço da nação romena. Este território é hoje formalmente independente.

A República da Moldávia (*Moldova*) é o território cuja união com a Valáquia, em 1859, constituiu o primeiro núcleo da hodierna Romênia. A "Grande Romênia" de 1918 compreendia também uma república autônoma da Moldávia, com territórios da Bucovina e da Bessarábia. O pacto russo-alemão de 1939 modificou esta situação: a Bucovina e uma parte de territórios moldavos foram entregues à Ucrânia, enquanto a Bessarábia e o quanto ali restava da República da Moldávia passou para a União Soviética. Esta última ali instaurou a República Socialista

---

<sup>17</sup> Maiores informações sobre estas áreas podem ser obtidas do Instituto de Sociologia Internacional de Gorizia, que fundou uma Instituto de Sociologia Internacional Moldavo-Italiano com sede na capital da Moldávia, Chişinău (muitas vezes transcrito também como "Kishnev"), que publica um boletim em italiano e em inglês: "ISIG Magazine". O site do ISIG é: <[www.isig.it](http://www.isig.it)>. Além disso, uma mais extensa informação e uma constante atualização sobre a Moldávia e sobre a Transnístria se encontram nos sites: <[www.wordiq.com/definition/Moldova](http://www.wordiq.com/definition/Moldova)> e <[www.wordiq.com/definition/Transnistria](http://www.wordiq.com/definition/Transnistria)>.

Soviética de Moldávia, que porém foi ocupada de 1941 a 1944 pela Romênia, então aliada das potências do Eixo. Depois do final da guerra, a Moldávia foi retomada pela União Soviética, que ali empreendeu uma forte russificação<sup>18</sup>: enquanto os russos eram enviados sobretudo para os centros urbanos e para os distritos industriais, muitos romenos – acusados de terem colaborado com os nacional-socialistas – foram deportados para o Cáucaso e para a Sibéria.

A partir de dezembro de 1991 a República da Moldávia – com o nome oficial de "República Moldova" e um território de 33.800 km<sup>2</sup> com cerca de 4.400.000 habitantes em 1991 – faz parte da Comunidade de Estados Independentes, com minorias russa e gaugaza (tronco turco de religião ortodoxa). A principal língua oficial é o "moldavo", que porém de fato coincide com o romeno, ainda que na época soviética fosse escrito em caráter cirílico.

Esta proximidade lingüístico-cultural com a Romênia não se traduz porém em afinidade política, tanto que o movimento que mirava a reunificação com a Romênia foi vencido pelo *referendum* de março de 1994, que confirmou a continuação da independência da Moldávia. Depois da entrada da Romênia na União Européia a situação está evoluindo e um número crescente de moldavos faz valer suas raízes romenas para obter passaporte romeno, com acesso direto à União Européia. É um fenômeno análogo àquele que se encontra também na América do Sul, onde um número crescente de cidadãos requer passaporte espanhol, português ou italiano para aceder sem restrições à União Européia.

Segunda estimativas que remontam a 1989, na República da Moldávia os moldavo-romenos constituem 64,5% da população, seguidos pelos ucranianos (13,8%), pelos russos (13%), pelos búlgaros (2%), pelos hebreus (1,5%) e pelos gaugazos e outros (no geral, cerca de 5%).

---

<sup>18</sup> A russificação ocorreu também nos países bálticos ora já membros comunitários: um problema a mais para a União Européia.

b) A "Transnístria" (ou, em russo, "Pridnestrov'e")

Esta área originariamente populada por romenos<sup>19</sup> foi colonizada por russos e ucranianos a partir do século XVIII, como defesa do Império Tsarista contra o Império Otomano. Mesmo sendo populada predominantemente por moldavo-romenos mesmo depois da deportação do pós-guerra, a URSS concentrou nesta zona os investimentos industriais da Moldávia soviética<sup>20</sup>. Essa escolha étnica é compreensível ainda hoje, não obstante a incerteza dos dados: apesar da russificação, a população da Transnístria é eslava em cerca de 60% (russos e ucranianos), enquanto a minoria romena resta mais ou menos em 40%. Tal situação étnica contribuiu para fazer precipitar a situação no momento da queda do comunismo.

Em 1989, o governo moldavo declarou ser o romeno a língua oficial e iniciou as tratativas para reunir a Moldávia com a Romênia. A tal medida opuseram-se os eslavos da Transnístria, que proclamaram uma "República Soviética" em 1990. Esta secessão levou a uma guerra civil em 1992, que terminou com o envio de tropas russas como *peacekeeping forces*. De fato, até hoje o governo moldavo não exercita nenhum poder no território da margem esquerda do rio Dnjestr, além do que as tropas russas não foram retiradas e contribuem para reforçar o governo<sup>21</sup>. Sobre a presença da 14ª Armada Russa de Kolbasna se fundamenta efetivamente o controle territorial do presidente da Transnístria, o ex-dirigente da KGB, Igor Smirnov, cujo Ministro da Segurança Nacional, Vladimir Antufeev, provém também ele da KGB e é objeto de um mandado de captura internacional, emanado na Letônia, pela morte de um jornalista<sup>22</sup>.

---

<sup>19</sup> Florin Rotaru (ed.), *Românitate transnistriana: antologie*, Editura Semne, București 1996, VI-419 pp. Este volume e o citado na nota seguinte podem ser encontrados na Library of Congress de Washington.

<sup>20</sup> Anton Moraru, *Istoria românilor: Basarabia și Transnistria (1812-1993)*, Editura "Aiva", Chișinău 1995, 558 pp.

<sup>21</sup> Anatol Taranu, *Sull'implicazione delle truppe russe nel conflitto in Transnistria*, "ISIG Magazine", julho de 2002, n. 2-3, p. 12 ss.

<sup>22</sup> Paolo Tessadri, *Al supermarket delle armi nell'ultimo pezzetto dell'URSS*, "La Repubblica", Suplemento "Il Venerdì", 23 de março de 2007, p. 54 s.

Em 2004, registrou-se uma forte crise, da qual no Ocidente quase não se falou. O governo da Transnístria fechou as escolas que usavam o romeno como língua de ensino, prendendo quem se opunha. Como contra-medida, a República da Moldávia bloqueou a fronteira, isolando a Transnístria. Porém, nesta última se encontra cerca de 90% das centrais elétricas da ex-República Soviética da Moldávia, de forma que – como resposta ao bloqueio – a Transnístria interrompeu o fornecimento de eletricidade à Moldávia, colocando-lhe a economia em crise. Não obstante a mediação da OCDE, a situação entre os dois países ainda não voltou à normalidade.

Dois graves problemas devem aqui ser mencionados, mesmo sem poder ainda desenvolvê-los. Em primeiro lugar, a guerra civil tornou ainda mais frágeis as fronteiras do Cáucaso à Romênia. Em segundo lugar, os direitos humanos são débeis na Moldávia e debolíssimos na Transnístria.

Esta área de crise e de escassa legalidade tornou-se também uma “terra de ninguém” para a criminalidade organizada. Aqui se encontram grandes armazéns de material bélico, praticamente sem vigilância, que alimentam a criminalidade organizada de outros países e sobretudo o terrorismo islâmico. O arsenal Rybnita continha 42.000 toneladas de armas em armazéns espalhados em 32 hectares; hoje, ao que parece, restou a metade. Na República da Moldóvia vivem cerca de 11.000 pessoas de origem árabe e muito tchetchênios. Um artigo do agente italiano Interpol para a Romênia e a Moldávia<sup>23</sup> elenca os “pontos de contato” que onze organizações terroristas internacionais teriam nesta área, entre elas, Hamas, os Irmãos Muçulmanos, Al Fatah e Al Qaeda. Uma parte das armas nestas organizações e da criminalidade organizada provêm dos arsenais da Transnístria. Além de tudo, na Transnístria numerosas fábricas – oficialmente “de eletrodomésticos” – produzem armas até sofisticadas, vendidas sem nenhum controle.

---

<sup>23</sup> Paolo Sartori, *Transnístria – un crocevia di traffici illeciti alle porte dell’Unione Europea*, “ISIG Magazine”, julho de 2002, n. 2-3, pp. 8-10.

Deste Estado não reconhecido – que o representante oficial da política exterior comunitária, Javier Solana, definiu "uma espécie de buraco negro" – a Itália é o terceiro partner comercial: uma amizade perigosa. Com 2007, o percurso que, partindo do Oriente Médio, através da Transnístria, da Moldávia e da Romênia, chega até a União Européia deve, pois, ser mantido sob especial controle.

Nesta primeira parte, examinamos os conceitos fundamentais recorrentes nesta pesquisa sobre as minorias romenas (itens 2-3) e a história institucional dos territórios romenos, com suas sucessões de agragações e de separações ou secessões (itens 4-5). São exatamente tais agregações e separações que explicam a existência das minorias internas do atual Estado romeno: a estas minorias se dirige ora nossa atenção.

## **2 - Minorias e migrações na Romênia: a realidade nacional e as previsões comunitárias**

### ***2.1 - As minorias romenas, do final do Império Austro-Húngaro aos dias de hoje***

Para compreender a formação das minorias romenas fora da Romênia – e, sobretudo, das minorias não romenas na Romênia – é preciso remontar à história do Império Austro-Húngaro. Em especial, é preciso recordar a disputa entre as Coroas da Áustria e da Hungria pela supremacia política no próprio Império, que culminou com o acordo conhecido com o nome de *Ausgleich*. Dele saíam reforçadas a Áustria e a Hungria, enquanto os eslavos e os latinos terminaram por restar em posição de desvantagem. A *Ausgleich* "de fato serviu para intensificar os conflitos nacionais da monarquia e para acordar a autoconsciência nacional dos cidadãos que antes eram passivos"<sup>24</sup>. Em especial, dessas disputas internas ao Império

---

<sup>24</sup> Barbara Jelavich, *History of the Balkans*, vol. 1: *Eighteenth and Nineteenth Centuries*, Cambridge University Press, Cambridge (UK) 1983, XIV-407 pp.; vol. 2, 1985: *Twentieth Century*, XI-476 pp.

nasceu a forte presença húngara na Transilvânia, que ainda hoje constitui uma fonte de problemas ainda sem solução<sup>25</sup>.

Na impossibilidade de traçar aqui uma história da formação das minorias dentro da área romena, remete-se à acurada pesquisa de Barbara Jelavich, que oferece uma idéia da complexidade da questão balcânica também nos tempos atuais<sup>26</sup>.

## 2.2 – O uso político da história das minorias na Romênia

O problema das minorias assume particular peso na história romena, porque tal história é caracterizada por um *unicum* entre as histórias dos países balcânicos: nos séculos XVIII e XIX, os pais da pátria romena – que muitas vezes são ao mesmo tempo patriotas e historiadores – insistem numa origem latina mais do que bimilenária e na unidade e continuidade do povo romeno, não obstante as variações territoriais. A língua e a história têm, portanto, atuado como elementos aglutinadores para uma população latina circundada de eslavos.

A unidade nacional romena coincidiu com a queda do império Austro-Húngaro<sup>27</sup>. Com a Assembléia de Alba Iulia em 1918 nascia finalmente a "Grande Romênia", que reunia todos os territórios reivindicados nos séculos mas que, contemporaneamente, iniciava o problema das minorias, especialmente aquela magiar na Transilvânia<sup>28</sup>.

---

<sup>25</sup> Keith Hitchins, *Austria-Hungary, Rumania, and the Nationality Problem in Transylvania, 1894-1897*, "Rumanian Studies", 1976-79, pp. 75-126: a idéia da "romenidade" está "deeply ingrained" na Transilvânia. Keith Hitchins escreveu também um livro sobre o movimento nacional na Transilvânia em 1780-1849.

<sup>26</sup> Barbara Jelavich, *History of the Balkans*, vol. 1: *Eighteenth and Nineteenth Centuries*, Cambridge University Press, Cambridge (UK) 1983, XIV-407 pp.; vol. 2: *Twentieth Century*, XI-476 pp. Este segundo volume é particularmente útil para analisar a composição étnica dos territórios que entraram para fazer parte da Romênia depois da Segunda Guerra Mundial, como por exemplo a Bucovina.

<sup>27</sup> Gale Stokes, *Nationalism in the Balkans. An Annotated Bibliography*, Garland, New York – London 1984, XVII-241 pp. Ver em especial: Paul Michelson, *Romania*, pp. 31-67; Philip Adler, *South Slavs under the Habsburgs*, pp. 151-158 (refere-se à época anterior a 1918 e é útil para entender a política das nacionalidades na Áustria-Hungria).

<sup>28</sup> Neste período de estabilidade a cultura romena atingiu um patamar considerável, sem excessivas pressões nacionalistas.

O final da Segunda Guerra Mundial levou a uma parcial desagregação da Romênia, que aliás precisou ceder à Rússia a Bessarábia, fonte de subterrâneos atritos entre os dois países comunistas formalmente irmãos.

O tema da unidade e da continuidade nacional tornou-se novamente um tema central com a política do Partido Comunista Romeno a partir dos anos Sessenta. No plano exterior, a Romênia afirmava uma política em certa medida independente da política exterior da URSS, enquanto no plano interno não diminuía o centralismo de matriz estalinista. Porém, sublinhar a unidade e a continuidade romenas suscitava com a URSS e com a Hungria contínuas polêmicas, apenas veladamente mascaradas pela comum ideologia.

Nos anos Setenta, Ceaușescu não perdeu a ocasião para sublinhar oficialmente o valor da história para o Estado romeno e os historiadores produziram uma grande quantidade de obras dedicadas a tais raízes históricas. Ceaușescu tendia a identificar-se com os patriotas-historiadores do século anterior para distrair a atenção da crescente decadência da economia romena.

Conseqüentemente, toda recorrência histórica era uma ocasião para mobilizar as massas sobre os temas da independência conseguida em 1877-78 e da unidade conseguida em 1918. Após as celebrações de 1978, porém, as pressões soviéticas se fizeram mais fortes porque toda remissão à unidade romena recolocava implicitamente em discussão a fronteira com a Bessarábia, que depois da guerra começara a fazer parte da URSS. Paralelamente, continuavam as polêmicas com os húngaros sobre a Transilvânia.

O ápice desta mania (auto-)celebrativa foi atingido em 1977, quando o congresso internacional de história se reuniu em Bucareste em concomitância (e também "por ocasião") do 2050º aniversário da mítica fundação do Estado dos Dácios. Esta celebração havia sido decidida pelo Comitê Central do Partido Comunista Romeno e produziu, assim, uma extensa colheita de escritos sobre o tema da unidade-continuidade da latinidade

romena. Tal atmosfera nacionalista-celebrativa continuou até o final do regime de Ceaușescu, em 1989.

A remissão à tradição histórica é uma constante da política independentista romena e dela foram propostas várias interpretações. Uma explicação moderna é aquela de Ilie Badescu<sup>29</sup>, que se conecta ao modelo de etno-história de Anthony D. Smith<sup>30</sup>. A etno-história é a visão *subjetiva* das últimas gerações de uma população com referência à experiência e à vida de antepassados reais ou imaginados. É um posicionamento mental que se pode chamar de "mito": portanto, não lenda ou invenção, mas amplificação de um passado heróico. Todos os povos têm uma etno-história (quente, apaixonada), enquanto somente alguns possuem uma história acadêmica (fria, neutra). A etno-história dos romenos é importante para explicar a resistência desse povo às divisões territoriais e às dominações seculares de turcos e eslavos: a língua comum os leva a remontarem a um tronco comum, em parte histórico, em parte mítico.

Explica-se assim porque os pais da pátria romena moderna sejam muitas vezes políticos e historiadores, como já foi dito. Badescu cita "as personalidades históricas representativas" de Tudor Vladimirescu, de Ion Heliade Rădulescu e de Nicolae Bălcescu<sup>31</sup>.

O capitalismo periférico é um sinal da *décalage* entre a Romênia e a Europa ocidental. Esse capitalismo é caracterizado por um "mimetismo das periferias", que adotam os modelos das áreas econômicas avançadas. Badescu afirma "a importância da cultura crítica para afirmar a existência nacional de todas as

---

<sup>29</sup> Ilie Bădescu, *Sincronism european și cultură critică românească. Occidentul, Imperiile și Români în marea tranziție*, Dacia, Cluj-Napoca 2003, 446 pp.

<sup>30</sup> Anthony D. Smith, *Nations and Nationalism in a Global Era*, Polity Press, Cambridge 1996, IX-211 pp. (aqui é citada a edição de 2000, p. 63 s.).

<sup>31</sup> Seja a mim permitido à esta altura dirigir um pensamento grato a dois meus velhos mestres. Tudor Vianu me introduziu na tradição histórica romena (sobre a qual falo no texto) e Franco Venturi dela me revelou as conexões e os conflitos com o mundo eslavo, publicando depois na sua revista meu escrito sobre Nicolae Bălcescu, que em 1962 fora uma de minhas monografias de graduação: cfr. *supra*, nota 2.



sociedades que se encontram numa situação periférica"<sup>32</sup>. As "formas sem conteúdo" recebidas antes do Ocidente (o liberalismo) e depois do Oriente (o comunismo, até 1989) fizeram passar sob silêncio o pensamento romeno que se opunha a essa falta de conteúdos autóctones, ou seja, o pensamento conservador. Em Bădescu esse pensamento é identificado com dois grandes personagens do século XIX: Titu Maiorescu e Mihail Eminescu.

Os Estados que "ficaram para trás" foram absorvidos por aqueles mais evoluídos, mas não por isso se desenvolveram: permaneceram subdesenvolvidos. Porém, o estado do subdesenvolvimento romeno não corresponde a nenhum estado das evoluções tradicionais estudadas na Europa ocidental. Mais do que nas teorias evolucionistas, sua explicação deve ser procurada nas teorias francesas e norte-americanas das "sociétés d'enclave" ou do "modo de produção colonial".

Esta é somente uma entre as tantas explicações da peculiaridade romena, mas serve para iluminar a diversidade que, com a Romênia, ingressou na União Européia. É uma diversidade muito maior respeito àquela que existia entre as duas Alemanhas. Ali, assistiu-se a uma experiência de unificação entre entes diversos, mas não excessivamente diversos; e de qualquer forma, menos diversos entre eles do que o são os Bálcãs (e, em parte, os países Bálticos), respeito ao "núcleo duro" da União Européia.

### **2.3 - A minoria magiar na Romênia**

*Transilvânia* é a forma latina do nome húngaro do "País aos pés da floresta", assim chamado para indicar as florestas que separavam aquelas terras da Hungria: *Ardeal*, em romeno; *Erdély*, em húngaro; *Siebenbürgen*, em alemão. Esta área de cerca de 60.000 km<sup>2</sup> está delimitada, respeito à Romênia, pelo confim natural dos Cárpatos. A área é hoje populada por minorias magiares e alemãs (estes últimos chamados "Saxões", ainda que

---

<sup>32</sup> Bădescu, *Sincronism European și cultură critică românească*, cit., p. 16.

esta denominação não indique especificamente alemães provenientes da Saxônia). Nas páginas que seguem será examinada sobretudo a minoria magiar.

A Transilvânia surgiu relativamente tarde, na Idade Média, mas aqui nos interessa o período sucessivo à derrota dos Turcos em Viena (1683), quando a Transilvânia retornou às mãos dos Habsburgos, sob cuja dominação restou até 1918. As tensões entre húngaros e romenos aumentaram ainda mais depois da *Ausgleich* (1867), porque os húngaros atuaram uma política de forte assimilação dos romenos.

Com 1918, a derrocada do império austríaco levou à criação do Reino da Romênia, que incluía também a Transilvânia. Entre as duas guerras mundiais, este território foi causa de contínuas disputas entre os dois Estados. A arbitragem Ciano-Ribbentropp de 1940 (época na qual tanto a Hungria quanto a Romênia eram aliadas do Eixo) cortou a parte norte-ocidental da Transilvânia a favor da Hungria. O tratado de paz de 1947 a fez retornar à Romênia, que aliás estava perdendo outros territórios.

Essas tensões estavam presentes também na época comunista, se bem que manifestadas na surdina, mas estão retornando com força nos dias atuais. Por exemplo, uma enciclopédia geográfica afirma que o nascimento da Romênia atual, em 1918, em Alba Iulia "proclamou a união incondicionada e eterna da Transilvânia à Romênia"<sup>33</sup>: afirmação sobre a qual obviamente nem todos estão de acordo.

A Transilvânia, com a sua "escola ardealana ou latinista", reveste-se de uma particular importância na história cultural romena. Como religião, o movimento uniato se reaproximou da Igreja de Roma. Na Transilvânia os caracteres cirílicos foram substituídos pelos latinos, reforçando ainda mais o vínculo dos romenos com a latinidade do Ocidente. Enfim, os romenos da Transilvânia deixaram claras suas aspirações políticas a Leopoldo II da Áustria com o *Supplex Libellus Valachorum I*, de 1791. Ademais, com várias insurreições nos

---

<sup>33</sup> Dan Ghinea, *Enciclopedia Geografică a României*, București 2000, s.v. Cluj, p. 431.

séculos XVIII e XIX, prepararam o terreno para o irredentismo romeno, da adesão ao programa revolucionário de 1848 à assembleia de Alba Iulia de 1918, da qual nasceu a Romênia hodierna.

Uma terra de tal forma disputada foi objeto de uma historiografia freqüentemente de parte. Também a produção mais recente parte de uma perspectiva, por exemplo, filolatina<sup>34</sup>, enquanto um outro autor adverte que, da história da Transilvânia, "foram feitas interpretações *pro domo*, em função da nacionalidade dos autores, sobre as posições de parte dos historiadores magiares, romenos e alemães"<sup>35</sup>.

Por outro lado, também no plano cultural, os magiares da Transilvânia se opuseram sempre à assimilação com os romenos<sup>36</sup>. Não é aqui possível traçar esta história interna da Romênia; é todavia necessário recordar que essa tensão atravessa toda sua história recente, até os dias atuais. Isto implica a transferência para dentro da União Européia de tensões entre dois Estados-membros: tensões muitas vezes mais fortes do que os europeus ocidentais possam pensar.

## 2.4 - A minoria rom na Romênia

Aqui os problemas do *politically correct* iniciam já com a denominação. Difíceis de identificar etnicamente, no século XVIII sua língua é reconduzida aos originários idiomas indo-europeus e deu origem a uma série de estudos de "ciganologia", que tinham como finalidade controlar sociopoliticamente esta população migrante. Dessa origem lingüística nasce a denominação *romanos* ou *romanes*, hoje difundida também na

---

<sup>34</sup> Anton Moisin, *Istoria Transilvaniei*, Imago, Sibiu 2003, vol. 5, 806 pp. (1700-2000: Reafirmarea drepturilor românești în Transilvania. Zorile, lupta, triumful și reconstrucția), do ponto de vista romeno e, em particular, da religião grego-católica unida a Roma (não, pois, grego-ortodoxa), cujo autor é Canonico Metropolitano.

<sup>35</sup> Ioan-Aurel Pop - Thomas Nägler (coord.), *Istoria Transilvaniei*, Institutul Cultural Român, Cluj-Napoca 2003, vol. 1 (fino al 1541), 373 pp., com mapas. (o trecho citado está na introdução, p. 7). Estão previstos outros dois volumes: o segundo, até 1699 (quando a Transilvânia tornou-se província do Império dos Habsburgo), e o terceiro até 1918 (quando a Transilvânia tornou-se parte integrante da Romênia).

<sup>36</sup> Gavril Flóra, "Ce este o națiune?" *Identitate teritorială și populară în structura ideatică a ideologiilor naționale din Transilvania*, Napoca Star, Cluj 2003, 122 pp.

forma *rom*, considerada *politically correct*. Na realidade, é tudo fluido: as origens índias, as línguas faladas por grupos heterogêneos, o próprio nomadismo (desde que existem também grupos de *rom* sedentários). Ademais, cada um dos grupos não conserva as mesmas características no decorrer do tempo: grupos nômades tornam-se sedentários, outros passam de uma língua a outra. Decerto existem traços comuns, especialmente nas relações entre a comunidade *rom* e o mundo externo, e dentro da própria comunidade: à antropologia cabe a tarefa de identificá-los e descrevê-los.

Do ponto de vista jurídico-político, os *rom* recaem no conceito de minoria, com os relativos preconceitos e com as relativas normas de tutela. Mas, respeito às outras minorias européias, apresentam duas características: a do nomadismo (difundida, ainda que não exclusiva) e a das ocupações "intersticiais" respeito à sociedade na qual se encontram – ocupações como a adivinhação e pedir esmolas, que desfrutam das características da sociedade opulenta, ou ainda os nichos de trabalho não suficientemente lucrativos para a comunidade majoritária (como a ocupação tradicional de funileiro). Da atividade intersticial àquela da pequena criminalidade o passo é muitas vezes breve, e este elemento aumenta a desconfiança respeito a esta minoria.

Na área em exame, a minoria *rom* reveste-se de uma dupla inportância. No plano interno, constitui a principal minoria da Hungria e a segunda minoria da Bulgária, da ex-Tchecoslováquia e da Romênia. Com a ampliação da União Européia é portanto previsível um amplo movimento migratório dessa minoria na direção do Ocidente, onde o maior bem-estar permite atividades intersticiais mais frutuosas e onde as comunidades *rom* preexistentes asseguram um apoio aos novos que chegam.

É, ao invés, difícil avaliar a dimensão deste amplo movimento migratório, porque faltam dados exatos. Usarei como ponto de referência os dados recolhidos por Zoltan Barany, da University of Texas, já recordado no item 2. Para os dados detalhados e para os critérios de comparação entre dados

oficiais e dados estimados remeto à sua articulada tabela<sup>37</sup>, da qual resulta que a Romênia – com cerca de um milhão de *rom* – é "the country with most Gypsies in the world", enquanto a Bulgária, com cerca de 575.000 *rom*, é o Estado que proporcionalmente tem o maior percentual de *rom* respeito à população residente.

Um dos incentivos à emigração dos *rom* na direção do Ocidente foi, paradoxalmente, a queda do comunismo: "Although the Roma still remained at the bottom of socioeconomic indicators – escreve Barany –, full employment, free education and healthcare, state assistance in housing and child-bearing, and a number of positive discrimination programs had considerably improved the objective conditions of most Gypsies". Mas o ponto mais grave é o renascimento do ódio racial também contra os *rom*, com agressões físicas e com a destruição de suas moradias. As observações que podem ser extraídas do programa da polícia romena, exposto no item 10, *b*, confirmam a seguinte observação de Barany: na época comunista "the Roma did not have to fear for their physical security because the state seldom tolerated overt ethnic conflict"<sup>38</sup>, e cita numerosas fontes que confirmam este juízo.

Também para os anos Noventa, Barany precisou recorrer a complexos confrontos para chegar a estimativas confiáveis. Aceitando suas estimativas (sempre inferiores aos valores máximos provenientes muitas vezes de ativistas *rom*), a Bulgária se confirma como o Estado com o máximo percentual de *rom* (cerca de 700.000 unidades, equivalente a 8,5% de uma população de 8,3 milhões de habitantes), enquanto a Romênia resulta ter o número máximo (1,5 milhão de *rom*, equivalente a 6,59% de uma população de cerca 22,7 milhões de habitantes)<sup>39</sup>.

Dada a permeabilidade da maior parte dos confins

---

<sup>37</sup> Zoltan Barany, *The East European Gypsies. Regime Change, Marginality, and Ethnopolitics*, Cambridge University Press, Cambridge 2002, p. 126 s. Uma das razões para as fortes oscilações dos dados sobre os *rom* de um censo a outro é devido ao fato que, nos anos Sessenta, na Bulgária e na Romênia o problema das minorias havia sido declarado resolvido e, portanto, os dados sobre os *rom* não foram mais colhidos nos censos.

<sup>38</sup> Barany, *The East European Gypsies*, cit., p. 151, e as outras fontes citadas na p. 152.

<sup>39</sup> Barany, *The East European Gypsies*, cit., p. 160 s.

balcânicos, pode ser interessante constatar que a inteira população *rom* daquela área atingia nos anos Noventa quatro milhões de pessoas, equivalente a 3,4% da inteira população da área.

É previsível que uma parte desses *rom* tentará emigrar para o Ocidente porque, com a queda do comunismo, deixou de existir a política negativa que os obrigava à sedentariedade (ou que, de qualquer forma, limitava muito a sua mobilidade) e, ao mesmo tempo, deixaram de existir também algumas vantagens econômicas e, sobretudo, a segurança física.

Paradoxalmente, a hostilidade contra os *rom* é uma consequência da democratização que permitiu a emergência de partidos nacionalistas de uma direita também extrema. A ideologia nacionalista, unida à desilusão a propósito de um capitalismo diverso do esperado induziu os militantes de direita a descarregar suas frustrações sobre os estrangeiros (como está acontecendo na Alemanha oriental) e também sobre os *rom*. Por exemplo, o movimento "Vatră românească" (Lar da Romênia), bem como os *skinheads* húngaros, têm incitado o assassinio dos *rom*<sup>40</sup> e a destruição de suas habitações. Ainda que não se tenha atingido os extremos de violência do Kosovo ou da Bósnia, as agressões às pessoas e às coisas dos *rom* tem sido às centenas.

A polícia, após um primeiro período de inércia, por volta da metade dos anos Noventa, reagiu contra tais agressões, que desde então foram diminuindo, mas não cessaram. É neste contexto de luta contra a impunidade que deve ser enquadrado o programa da polícia romena, do qual se falará a seguir. Ademais, é preciso distinguir os ataques aos *rom* ocorridos por causas comuns dos verdadeiros e próprios ataques racistas: uma luta entre bêbados que envolva um *rom* não é necessariamente uma manifestação de ódio racial.

Por outro lado, os governos locais assinalam uma baixa prioridade aos problemas dos *rom* por ao menos três razões: 1.

---

<sup>40</sup> Tom Gallagher, *Vatra românească and Resurgent Nationalism in Romania*, "Ethnic and Racial Studies", 1992, pp. 570-599.

os *rom* não gozam da simpatia da maioria da população e, como conseqüência, os políticos evitam investir dinheiro em atividades a favor dos *rom*, porque tais atividades suscitariam críticas por parte da maioria da população, ou seja, dos potenciais eleitores; 2. nos Bálcãs, os problemas da transição à democracia são até o momento de tal forma graves, que uma política a favor dos *rom* desviaria recursos destinados a problemas mais gerais e urgentes; 3. os *rom* representam um percentual limitado da população local e, sobretudo, constituem uma força econômica marginal.

Em conclusão, com os anos Noventa a situação dos *rom* balcânicos no geral piorou, provocando a migração de dezenas de milhares de *rom* da Bulgária, da Romênia e da Iugoslávia na direção da Tchecoslováquia e da Hungria e, dali, na direção da Polônia, como trampolim para depois passar para a Alemanha e para os outros Estados da União Européia. Em 1990 chegaram à Alemanha cerca de 35.000 romenos, metade dos quais eram *rom*. Nos anos seguintes o *trend* não foi muito diverso. Não é portanto infundado prever que esta migração continuará depois da entrada na União Européia de dois Estados balcânicos com fortes minorias *rom*, como a Romênia e a Bulgária.

### ***2.5 - Como a Romênia se preparou para entrar na União Européia no que se refere às minorias***

Várias organizações não governamentais têm dirigido críticas ao governo romeno pela escassa atenção dirigida aos direitos das minorias. Mesmo que esse secular problema não possa ser resolvido em poucos anos, o governo está tentando elevar-se a um nível compatível com os padrões da União Européia, atuando em dois planos: no plano normativo e no plano da aplicação efetiva das normas existentes.

Limito-me a assinalar os esforços feitos para adequar a legislação romena aos padrões europeus: bastará a este propósito uma remissão às normas até o momento emanadas<sup>41</sup>,

mesmo considerando-se que uma atualização precisa exigiria um período na Romênia.

É oportuno analisar mais detidamente as medidas tomadas para aplicar estas normas e, em geral, para melhorar a relação entre os órgãos do Estado romeno e as minorias. Oportuno deter-se nestes pontos também porque a real melhoria das condições das minorias depende essencialmente do modo pelo qual são aplicadas as normas existentes. Serão examinados dois aspectos das relações entre Estado e minoria: o aspecto promocional, consistente no reconhecimento da cultura das minorias também na escola, e o aspecto repressivo, consistente na relação da minoria com os órgãos de polícia, compostos muitas vezes por pessoas que compartilham estereótipos e preconceitos danosos à minoria.

*a) A escola reconhece a cultura das minorias*

No Ministério romeno da Educação Nacional existe uma "Direção geral de ensino para as minorias nacionais", que organiza os cursos para as minorias. Anteriormente, foram examinadas as minorias mais importantes, como aquelas magiar e *rom* e foi feita uma menção à minoria alemã. Estas, porém, não são as únicas minorias presentes na Romênia: sobretudo nas áreas de confim estão presentes minorias ucranianas, servo-croatas, búlgaras e outras ainda. Os dados que seguem são aqueles oficiais do governo romeno<sup>42</sup>.

O sistema escolar prevê para cada ordem e grau o ensino na língua da minoria, em certos casos acompanhado do romeno, em outros, sozinho.

---

<sup>41</sup> Irina Moroianu-Zlătescu, *Cadrul legislativ și instituțional pentru minoritățile naționale din România*, Institutul Român pentru Drepturile Omului, București 1994, 174 pp.; desse volume existe uma versão inglesa: *The Legislative and Institutional Framework for the National Minorities of Romania*, Romanian Institute of Human Rights, Bucharest 1994, 174 pp. Ver ainda a monografia da mesma autora: id., *Drepturile ale persoanelor aparținând minorităților naționale*, Regia Autonomă Monitorul Oficial, București 1993, 144 pp.

<sup>42</sup> Ministerul Educației Naționale, *Ethosul învățământului pentru minoritățile naționale din România*, [București] 2000, 154 pp. Uma compreensão integral deste sistema lingüístico-escolar resulta facilitada pelo exame do mapa geográfico com a distribuição dos vários tipos de escolas. O mapa geográfico *Die graphische Darstellung des Unterrichts für nationale Minderheiten* está na p. 152.



No ano escolar de 1999-2000 os estudantes foram mais de quatro milhões, 215.000 dos quais (ou seja, 5,2%) usufruíram do ensino na própria língua materna. No ano acadêmico 1999-2000 os estudantes universitários foram cerca de 450.000, 23.000 dos quais (ou seja, 5,13%) pertencentes às minorias.

A "Direção geral de ensino para as minorias nacionais" se divide em duas Direções, uma dedicada exclusivamente à língua magiar (falada pela minoria mais significativa) e outra dedicada ao alemão e às outras línguas. Estas últimas são o tcheco, o sérvio, o eslovaco e o ucraniano. Os professores participam de cursos de atualização em cada Estado no qual se fala a língua da minoria e muitas vezes os próprios Estados contribuem com as despesas para a construção e a gestão das escolas. Para o turco e o croata está previsto um ensino misto, que compreende tanto a língua materna quanto o romeno. Enfim, existem escolas em cujo programa está previsto em romeno, acompanhado pelo estudo da língua da minoria: tal estrutura vale para quinze línguas (armênio, búlgaro, grego, italiano, polonês, *romani* [língua dos rom], russo, tcheco, croata, alemão, magiar, sérvio, eslovaco, turco, ucraniano).

*b) A relação entre as minorias e os órgãos de polícia*

Na Transilvânia existe na cidade de Cluj, um "Centrul de resurse pentru diversitate etnoculturala", que publicou um relatório de um programa financiado pela União Européia e executado entre 2000 e 2002<sup>43</sup>. O instituto depende do Inspeorado Geral da Polícia Romena, "que iniciou um programa de colaboração com as minorias nacionais, para prevenir os conflitos nas comunidades multiculturais", com a finalidade "de reforçar a situação democrática na sociedade romena e de assumir os valores europeus aos quais tendemos"<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> Uma boa documentação do projeto está em Ioaneta Vintileanu - Gábor Ádám (coord.), *Poliția și comunitățile multiculturale din România. Prevenirea și gestionarea conflictelor la nivelul comunităților multiculturale*, Centrul de resurse pentru diversitate etnoculturală, Cluj 2003, 219 pp. A citação está na p. 8.

<sup>44</sup> Vintileanu - Gábor, *Poliția și comunitățile multiculturale din România*, cit., p. 8.

A situação está descrita claramente num relatório oficial romeno:

Em algumas localidades existiu um estado de tensão entre as comunidades dos romenos e/ou dos magiares, por um lado, e dos rom, por outro, determinado pelo comportamento anti-social e também ilícito de alguns rom. A situação se agravou pela falta de punição destes rom. Em tal situação, amplos grupos locais decidiram fazer justiça com as próprias mãos, incendiando as casas dos rom, afastando-os das vilas, e até mesmo matando ou ferindo pessoas<sup>45</sup>.

Deve-se sublinhar que, em geral, estes confrontos iniciam como conflitos sociais, cuja repetição os faz, porém, degenerar em conflitos “inter-étnicos”, ou seja, raciais. É quase supérfluo dizer que os *rom* estão no centro da maior parte destes conflitos.

Veza que uma concausa importante nesses confrontos é a impunidade de quem cometeu violações da lei, a função da polícia assume uma importância central na prevenção dos próprios conflitos. As associações humanitárias acusam “as autoridades estatais” de terem contribuído com sua inércia para dar “uma dimensão inter-étnica a tais conflitos”. Obviamente, as autoridades estatais não compartilham de todas as conclusões das associações e das ONG, todavia ali existe uma substancial concordância sobre o fato de que a impunidade seja causa de conflitos sociais e raciais também violentos.

O plano detalhado prevê um treinamento de suboficiais de polícia tanto na prevenção dos conflitos quanto na mediação entre as comunidades interessadas. Os cursos tiveram por objeto as técnicas de mediação e de negociação, procurando evitar a intervenção repressiva. São portanto analisados casos concretos de comunicação direta da polícia com as comunidades interessadas, levando em conta as especificidades

---

<sup>45</sup> Raport APADOR-CH 1994, em Vintileanu - Gábor, *Poliția și comunitățile multiculturale din România*, cit., p. 67. Um detalhado relatório dos fatos, acompanhado por entrevistas, encontra-se nas pp. 67-94; o programa contra as violências e as linchagens está apresentado nas pp. 97-100.

da zona. Um funcionário de polícia observava que, numa localidade da Transilvânia, era mais fácil o contato com a comunidade local porque “aqui se sente ainda a influência do Império Austro-Húngaro, especialmente na educação que as pessoas recebem, fundamentada no respeito ao trabalho e à autoridade, que pode ser representada tanto por um policial quanto por um maquinista”<sup>46</sup>. Obviamente não é assim em toda a Romênia.

Realmente, o treinamento dos suboficiais leva em conta ainda o fato de que muitas vezes os funcionários de polícia compartilhem dos preconceitos e das desconfianças para com os rom: uma especial atenção está assim dedicada ao método com os rom, ao modo de dirigir-se a eles, ao modo de denominar sua comunidade etc.

Em tal contexto de respeito recíproco, uma função especial é atribuída aos jornalistas que referem os fatos de crônica: sua exposição pode efetivamente contribuir para intensificar certas situações de tensão social e racial. Um dos temas enfrentados nos cursos traz o título: *O jornalista: incendiário ou bombeiro?* Nas redações dos jornais locais foram preparados cartazes com ilustrações espirituosas que – com o título *Guia à boa prática da crônica sobre as minorias na imprensa romena* – convidam, por exemplo, a “evitar o sensacionalismo fundado em estereótipos ou preconceitos”, ou ainda a “acordar a mesma atenção a todas as partes implicadas no caso sobre o qual se escreve”.

São programas de longa duração, mas são também os únicos que poderão dar resultados duradouros.

## **2.6 – A Romênia e as migrações internas à União Européia**

A população da faixa oriental da atual União Européia alargada deve ser estabilizada, para evitar uma migração na

---

<sup>46</sup> No exame de vários casos concretos esta afirmação é extraída do caso intitulado *Quando o policial satisfaz as exigências da comunidade*, em Vintileanu – Gábor, *Poliția și comunitățile multiculturale din România*, cit., p. 179.

direção do Ocidente do nível mais alto da população (médicos e engenheiros) e do nível mais baixo (desocupados não especializados ou rom, por exemplo). O problema a resolver em primeiro lugar é aquele da economia, tema que não pôde ser enfrentado neste escrito. Mas também a qualidade não econômica da vida é um importante incentivo para restar no próprio país. Os exemplos já vistos induzem a pensar que as minorias que advertem o respeito pela própria cultura (por exemplo, através de um apropriado sistema escolar) e que sentem nas autoridades do Estado uma estrutura não apenas repressiva tendem a não emigrar. E tendem ainda a não criar tensões internas no Estado no qual tradicionalmente residem.

Se a qualidade da vida econômica e não-econômica não melhorar, é provável que a emigração, tanto dos romenos, quanto das minorias, continue. Seria ilusório imaginar que o processo migratório páre por si mesmo ao atingir um ponto de equilíbrio entre quem vai e quem fica. A este propósito, é oportuno ilustrar dois fenômenos pouco estudados: a substituição do emigrado com outro imigrado mais pobre do que ele e, em geral, a incessante imigração "em trânsito" (graças também à permeabilidade das fronteiras), que termina por estabilizar-se na Romênia por um período médio-longo. Portanto, ou se estabiliza a situação interna dos Estados balcânicos, ou o prostrar-se da emigração (não apenas dos romenos) na direção do Ocidente levará à saturação das capacidades de acolhida da União Européia e ao provável surgimento de fortes tensões sociais também no seu interior.

Nesse meio tempo, devem ser registradas duas peculiaridades da situação romena, que no futuro serão relevantes também para a União Européia.

Em primeiro lugar, também na Romênia ocorrerá *a substituição do emigrado com um outro emigrado mais pobre*. É uma situação que já ocorreu nas Filipinas. Ali muitas pessoas – sobretudo mulheres – chegam à Europa para trabalhar junto às famílias: criam filhos de outros, mas não podem criar os próprios filhos no próprio país. Por essa razão, o modesto bem-estar gerado pelo trabalho na Europa é em parte usado para

trazer para as Filipinas pessoas ainda mais pobres, que cuidem dos filhos das mulheres emigradas.

Na Romênia, é previsível que se verifique uma situação análoga. Tão logo a entrada na União Européia melhorará a situação econômica de algumas famílias romenas de emigrados, estes últimos por sua vez recorrerão aos serviços de pessoas provenientes de áreas mais pobres, como por exemplo da Moldávia. Devido à permeabilidade das fronteiras naquela zona, iniciará a ingressar na área comunitária também uma imigração extra-comunitária, problemática sobretudo se proveniente da área caucásica ou do Oriente Médio.

Em segundo lugar, a Romênia já hoje registra *uma imigração "em trânsito" que resta*. A fragilidade e a permeabilidade dos confins da área romena já foram mencionadas aqui várias vezes. Isto faz com que muitas pessoas do Oriente Médio se desloquem para a Turquia e, dali, para a Romênia, com intenção de depois passar para um dos Estados da União Européia. De fato, ocorre porém que esses "emigrantes em trânsito" ficam na Romênia por um tempo mais longo do que o previsto, e muitas vezes definitivamente. É preciso levar em conta também isso ao prever os futuros fluxos migratórios para a União Européia<sup>47</sup>.

Em conclusão, as dificuldades que esperam tanto a Romênia quanto a União Européia são numerosas. A condição fundamental para enfrentá-las (e para resolvê-las ao menos em parte) é conhecê-las com uma certa precisão, sem as lentes deformadas do nacionalismo, por um lado, e do preconceito, por outro. Concluía meu curso de 2004 com uma exortação: "É preciso conhecer logo para agir logo: o ano de 2007 está próximo". Será que em 2008 a Europa comunitária e, sobretudo, a Itália, estão preparadas para enfrentar os problemas até o momento ilustrados?

---

<sup>47</sup> Dados e casos deste tipo de migração na Romênia estão descritos no texto já mencionado na nota 13: Forschungsgesellschaft Flucht und Migration, *Rumänien. Vor den Toren der Festung Europa*, Verlag der Buchladen Schwarze Risse - Rote Straße, Berlin Göttingen 1996, 175 pp.

## ***2.7 - A Romênia após a entrada na União Européia***

Em 1.º de janeiro, de 2007, a Romênia e a Bulgária ingressaram na União Européia e pode-se então começar a raciocinar com alguns dados de fato, após meses nos quais se raciocinava fundamentando-se no otimismo ou nos preconceitos. Conviria por ora limitar-se a poucos problemas concretos, ligados ao novo regime da circulação das pessoas entre a Romênia e a União Européia. A verificação da aplicação das novas normas e a constatação da evolução de cada situação de fato no mundo da imigração e nas relações entre imigrantes e italianos abre novos campos de pesquisa para os sociólogos do direito: o trabalho deles será indispensável para avaliar se e como manter ou modificar as várias normas em vigor.

A partir de 1.º de janeiro de 2007 a entrada dos romenos (e dos búlgaros) na Itália não foi mais regulada pela lei Bossi-Fini, mas pelo DPR 54/2002 sobre a circulação dos cidadãos da União Européia na própria União. No primeiro ano, na realidade, estava prevista uma fase transitória de confins não muito claros. Podem decerto entrar na Itália e ser contratados diretamente, ou seja, sem passar através das quotas de ingresso, os trabalhadores altamente qualificados e os intelectuais, os trabalhadores do setor agrícola, hoteleiro, doméstico e assistencial. Serão, ademais, previstas quotas específicas (mas apenas até 31 de dezembro de 2007) para os outros tipo de contratos:

Na realidade, não sabemos nem mesmo nós quais sejam - declarava o embaixador da Itália em Bucareste, Daniele Mancini -, certamente chegarão as circulares. Um fato é certo: levou-se em conta a realidade. O que teria acontecido na Itália se fossem excluídas as pessoas que cuidam dos mais idosos ou doentes nas casas das famílias, ou os operários que trabalham na construção e nas outras empresas? Os romenos são a minoria mais numerosa no nosso país - superaram também os marroquinos - e na Romênia aquela italiana é a maior comunidade estrangeira. Itália aqui significa também

600.000 empregos trazidos pelos nossos empreendedores<sup>48</sup>.

Para romenos e búlgaros, o fato de tornarem-se cidadãos europeus comporta também uma forte limitação das possibilidades de expulsão: ora, de fato, pode-se expulsá-los por motivos de ordem pública e de segurança. O primeiro efeito dessa mudança de regime jurídico é a saída do cárcere dos romenos e dos búlgaros detidos por violação da lei de imigração Bossi-Fini ou por delitos como furto ou roubo. Põem-se assim, ainda que em escala menor, os problemas já enfrentados depois do indulto do Governo Prodi de 2006: é preciso garantir a quem deixa o cárcere um mínimo de inserimento social, para evitar que volte a cometer delitos. Ademais, o capelão da prisão de menores de Milão, don Gino Rigoldi, recorda que a própria comunidade romena já presente na Itália deveria encarregar-se, ao menos em parte, do apoio aos menores.

Por outro lado, a exclusão da expulsão pode agir como uma mola para novas formas de criminalidade. A percepção da criminalidade romena na Itália é forte: um terço dos delitos cometidos por estrangeiros são adscrivíveis a romenos, que, porém, em relação às presenças caem para o décimo-sétimo lugar; além disso, 70% dos delitos cometidos por romenos são remetidos a violações da lei Bossi-Fini. A Romênia entrara fazia poucos dias na União Européia quando em Turim foi preso um *pusher* romeno: uma novidade no panorama do tráfico da droga. Depois da prisão, o homem – já condenado por roubo – admitiu ter começado a traficar porque ora, depois do ingresso da Romênia na União Européia, tinha a certeza que não seria

---

<sup>48</sup> Jenner Meletti, *Romania, ventisettesima stella*, "La Stampa", 2 de janeiro de 2007, p. 15. O jornal de Turim dedicou amplo espaço à Romênia, porque – de quase trezentos mil romenos regulares na Itália – 53.038 vivem no Piemonte (precedido apenas pelo Lazio, com 65.465, e seguido pela Lombardia, 48.609; do Veneto, 42.986; da Toscana, 24.350). O número real dos romenos é provavelmente mais do que o triplo, ou seja, cerca de um milhão de pessoas no início de 2007.

<sup>48</sup> Estas afirmações do Procurador Chefe Marcello Maddalena são ilustradas por Giorgio Ballario, *Ma l'ingresso in Europa non salverà i clandestini indagati prima del 2007*, "La Stampa", 5 de janeiro de 2007, p. 59.

mais expulso"<sup>49</sup>. A expulsão é de fato mais temida do que a prisão: ao chegar na pátria, ao cidadão romeno expulso é retirado o passaporte e isto o impede de deixar novamente o país. A prisão na Itália por um delito leve termina por não ter consequências graves. É todavia ainda cedo para dizer se vai ocorrer uma extensão do *front* criminoso sobre o qual operam os delinquentes romenos, até o momento concentrados na prostituição e nos delitos contra o patrimônio. Se esta extensão tiver lugar, pode-se assistir a uma recrudescência das disputas entre grupos étnicos especializados em específicos setores criminosos.

Não faltam todavia algumas incertezas jurídicas com relação a quem está sob processo ou foi condenado por violações da lei Bossi-Fini *antes* de 1º de janeiro de 2007. Até quando os romenos eram extra-comunitários, a quem não obedecia à ordem de expulsão aplicava-se o procedimento previsto na lei: prisão obrigatória e procedimento celeríssimo. Esta norma severa criara também uma sobrecarga de trabalho para os tribunais, ainda mais considerando-se que muitos casos se encerravam com condenações limitadas, como seis meses e suspensão condicional da pena.

Com a entrada da Romênia na União Européia, o cidadão romeno não pode ser expulso por irregularidades administrativas, enquanto permanecem as outras causas de expulsão, como os motivos de ordem pública ou de segurança. Os problemas jurídicos se põem tanto para os procedimentos já terminados com sentença transitada em julgado, quanto para os procedimentos de expulsão ainda em curso, a partir do momento que existem centenas de casos de cidadãos romenos e búlgaros que entraram ilegalmente na Itália antes de 31 de dezembro de 2006 e submeteram-se a juízo no período entre o final de 2006 e o início de 2007.

No primeiro caso, ou seja quando a sentença já transitou em julgado, é difícil imaginar uma aplicação retroativa da

---

<sup>49</sup> Angelo Conti, *Preso il primo pusher romeno: "non rischio più l'espulsione"*, "La Stampa", 5 de janeiro de 2007, p. 59.



*abrogatio criminis*. Parece prevalecer o princípio "tempus regit actus": em outras palavras, quem foi condenado em definitivo é expulso. Não faltam todavia posições mais favoráveis ao condenado, fundamentadas em critérios mais humanitários do que jurídicos.

No segundo caso, ou seja, quando ainda não se chegou a uma sentença definitiva, o processo deveria extinguir-se por *abrogatio criminis*, vez que entrementes o cidadão estrangeiro tornou-se cidadão comunitário. Esta solução pressupõe que se interprete de modo restritivo a expressão "cidadão estrangeiro" contida no texto de lei: se "cidadão estrangeiro" equivale a "cidadão extra-comunitário", aquela norma não pode ser aplicada ao cidadão romeno, porque ele, nesse meio tempo, tornou-se cidadão comunitário. Assim fazendo, aliás, aos tribunais seriam evitados numerosos casos pendentes.

Tal interpretação das normas sobre a expulsão não é porém pacífica, porque se pode a ela objetar que a entrada na União Européia e a mudança de *status* dos cidadãos dos novos Estados-membros derivam de uma lei extra-penal, a qual não pode incidir sobre a lei penal. Uma situação análoga já fora enfrentada com relação a um cidadão letão depois da anterior ampliação da União Européia em 1º de maio de 2004. A Corte de Cassação italiana decidira à época que o delito de favorecimento à imigração clandestina subsistia ainda que, num momento sucessivo, a Letônia entrasse na União Européia.

Remetendo-se a tal precedente, o Ministério Público de Turim considerou que os processos para a expulsão deviam continuar:

Com base numa anterior sentença da Corte de Cassação é necessário proceder com os processos já iniciados, porque o ingresso da Romênia e da Bulgária não cancelaram as normas que identificam como delito, por exemplo, a inobservância de um procedimento de expulsão advindo do Chefe de Polícia. Por isso, se um cidadão romeno foi denunciado por ter descumprido o decreto de expulsão, deve ser julgado, ainda que ora aquele decreto não possa

mais ser emanado porque entretentes tornou-se aquele cidadão comunitário<sup>50</sup>.

Os problemas jurídicos do período transitório merecem ser aprofundados noutra sede, mas são fenômenos de breve período. As mudanças econômicas do período transitório são, ao invés, de maior duração e dizem respeito tanto à Romênia quanto à Itália.

Na Romênia, os salários são incomparavelmente mais baixos do que na União Européia. Hoje, uma grande empresa agrícola, gerenciada na Romênia por um italiano, paga aos seus trabalhadores cerca de 150 euros por mês. Ainda que este salário fosse duplicado dentro em breve, para o cidadão romeno seria mais lucrativo vir à Itália para trabalhar na indústria ou na agricultura: os 1000 euros italianos, detraídas as maiores despesas de casa e alimentação, tornam-se 600, ou seja, o dobro do salário romeno duplicado. De qualquer forma, serão sobretudo os jovens a partir, enquanto os velhos permanecerão na Romênia, porque não têm mais a adaptabilidade, nem a resistência física, para enfrentar a dura mudança imposta pela emigração. Na Romênia, quase metade da população ainda é ativa na agricultura: as pessoas com escassa instrução, esparsas no campo e muitas vezes em idade avançada, tendem a não emigrar, mas a aceitar pequenas melhorias que deveriam ocorrer ou que ao menos são esperadas depois da entrada na União Européia.

Na Itália, não ocorrerá, pois, a temida invasão dos romenos, porém na Romênia surgirão problemas para as 25.000 empresas italianas que ali atuam, vez que, através de um crescimento constante, os salários deverão aproximar-se àqueles europeus até 2017, na futura realidade comunitária alguns setores (como o têxtil) podem revelar-se não mais competitivos. Todavia, nesta fase de transição, para os romenos se faz sentir uma maior atração na direção dos países

---

<sup>50</sup> Estas afirmações do Procurador Chefe Marcello Maddalena são ilustradas por Giorgio Ballario, *Ma l'ingresso in Europa non salverà i clandestini indagati prima del 2007*, "La Stampa", 5 de janeiro de 2007, p. 59.

comunitários ricos do que na direção do aumento dos salários no próprio país: já hoje muitas empresas italianas não conseguem mais encontrar mão de obra na Romênia. Iniciou, portando, uma delocalização, na direção da Ásia Central ou do Extremo Oriente. Acrescente-se aqui aquela "imigração substitutiva" anteriormente mencionada: ao invés de ir para a China, alguns empreendedores estão chamando trabalhadores chineses para trabalhar na Romênia.

A Itália não espera um excessivo aumento no número da imigração romena, ainda que hoje esta comunidade seja a maior entre as estrangeiras presentes no território italiano. O mesmo temor existia com relação à Polônia (recorde-se o pesadelo francês do "plombier polonais"), enquanto na realidade as quotas anuais reservadas aos imigrantes poloneses nunca foram exauridas.

Qualquer outra dificuldade pode advir da Moldávia e da Transnístria (ver item 5), onde muitos cidadãos estão requerendo o passaporte romeno, que têm direito de adquirir em virtude das complexas questões históricas daquelas terras. A preocupação nasce não dos grandes números, devido à pequena dimensão dos territórios em questão, mas da incontrollabilidade destes imigrantes: provindo de zonas de baixa legalidade, por essa via poderiam intensificar-se os tráficos ilícitos, sobretudo de armas, mas também infiltrar-se os terroristas islâmicos.

Os problemas da criminalidade não devem ser subestimados, mas não devem nem por isso ofuscar as possibilidades de colaboração também política abertas pela comum participação da Itália e da Romênia na União Européia. Inicialmente, é necessário garantir a participação dos emigrados romenos na vida democrática italiana e um primeiro sinal nesta direção parece advir da formação de um partido político dos romenos na Itália. Tal partido concluiu um acordo com a Udeur (setor democrata-cristão minoritário) para apresentar listas comuns ou em associadas nas eleições municipais de maio de 2007 e, em perspectiva, nas eleições européias de 2009. Segundo

Giancarlo Germani, Presidente do Partido dos Romanos da Itália,

[...] escolhemos aliar-nos com a Udeur porque o Estatuto do nosso partido nos indica uma estrada bem precisa: os valores do Cristianismo, que são amplamente compartilhados e representados no Estatuto da Udeur. Além do mais, a Udeur nos propôs um projeto político sério, a ser levado adiante nos anos para sustentar os direitos civis de todas as comunidades estrangeiras da Itália. Nossa relação, de fato, não nasce de contingências eleitorais, mas de sintonias políticas sobre a família, sobre os valores da sociedade, sobre a necessidade de integrar as comunidades estrangeiras que representam os futuros cidadãos italianos. Não é um caso que a Udeur tenha diversos dirigentes locais de comunidades estrangeiras como os chineses, por exemplo, e portanto esta aliança não é um acaso ou uma necessidade, mas uma livre e ponderada escolha. Consideramos que um Partido mesmo pequeno, mas sério, e das incontestáveis raízes cristãs, possa ser um pequeno ímã de democracia para as comunidades estrangeiras da Itália, primeira de todas a romena<sup>51</sup>.

O interesse dos políticos italianos pela comunidade romena se fundamenta nos números: com a regularização das posições até hoje em negro, é provável que a comunidade passe dos trezentos mil imigrantes oficiais para cerca de um milhão de votantes: um interessante celeiro eleitoral em boa parte ligado aos valores cristãos<sup>52</sup>.

---

<sup>51</sup> Citado em: <[www.balcanicooperazione.it](http://www.balcanicooperazione.it)>. Acesso em: 11 abr. 2007. Outros sites a serem consultados sobre o tema: <[www.identitateromaneasca.it](http://www.identitateromaneasca.it)>; <[www.osservatorio balcani.it](http://www.osservatorio balcani.it)>.

<sup>52</sup> Geda Lupu, secretário do Partido dos Romanos da Itália, prevê a apresentação de listas de cidadãos romenos residentes em cinco regiões: Lombardia, Piemonte, Veneto, Liguria e Marche ("Corriere della Sera", 11 de abril de 2007, p. 12).

### **Romania and the Balkan minorities in the European Union**

ABSTRACT. The admission of Romania and Bulgaria in the European Union, in 2007, imposes the reexamination of some problems. The present article is divided into two parts. In the *first part*, concepts are defined and data about the history of Romania are presented. In the *second part*, the connection between minorities and migratory tendencies of modern Romania are examined. The article approaches the migrations of Romanians to the States of the European Union and specially the judicial problems which appeared in Italy.

**Keywords:** Romania. European Union. Immigration.

### **Referências**

LOSANO, Mario G. *Para un política inmigratoria en Italia*, em: L. Prieto Sanchís (coord.), *Problema jurídicos y políticos de la minorías en Europa*, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, Cuenca 1996.

BARANY, Zoltan. *The East European Gypsies. Regime Change, Marginality, and Ethnopolitics*, Cambridge University Press, Cambridge 2002.

CARATINI, Roger *Las force des faibles: encyclopédie mondiale des minorités*, Larousse, Paris 1987.

Forschungsgesellschaft Flucht und Migration, *Rumänien. Vor den Toren der Festung Europa*, Verlag der Buchladen Schwarze Risse - Rote Straße, Berlin - Göttingen 1996.

HARDEN, Sheila (ed.). *Small is Dangerous. Micro States in a Macro World*, Frances Pinter, London 1985.

HITCHINS, Keith. *Austria-Hungary, Rumania, and the Nationality Problem in Transylvania, 1894-1897*, "Rumanian Studies", 1976-79.

STOKES, Gale. *Nationalism in the Balkans. An Annotated Bibliography*, Garland, New York - London 1984.

SMITH, Anthony D. *Nations and Nationalism in a Global Era*, Polity Press, Cambridge 1996.